Fundação Getulio Vargas **Veículo:** UNISINOS - RS **Data:** 27/04/2022
Tópico: FGV Social **Página:** 07:44:41 **Editoria:** -

Bolsonaro deve fechar 2022 com mais da metade dos brasileiros na pobreza
Clique aqui para ver a notícia no site

play_circle_outline Com desmonte de políticas sociais e econômicas , país precisará de pelo menos mais oito anos para retomar o melhor índice de redução das classes D e E , registrado em 2014. A reportagem é de Tiago Pereira , publicada por Rede Brasil Atual O jornal Valor Econômico publicou nesta terça-feira (25) um estudo da Tendências Consultoria que prevê que o total de domicílios brasileiros considerados como de classes D e E deve fechar o ano em 50,7%. Uma década atrás, no entanto, as duas classes representavam 48,7% do total. Além disso, as projeções de longo prazo da consultoria indicam que somente em 2028 o país deve retomar aos níveis de 2014, quando registrou sua melhor marca, com 47% da população nas classes D e E O estudo considera como classes D e E os domicílios que tiveram renda mensal familiar de até R$ 2,9 mil em novembro de 2021, considerados “ pobres ” e “ extremamente pobres ”. Nessas classes, a informalidade é muito mais comum e a renda, além de volátil, oscilou durante a pandemia , aumentando a dependência dos programas de transferência social De acordo com o economista Lucas Assis , responsável pelo estudo, 47,1% da renda desse grupo vem do trabalho. Outros 39% da Previdência Social (aposentadorias). O Auxílio Brasil e o Benefício de Prestação Continuada BPC) respondem atualmente por 12,3%. Por sua vez, na classe C a renda do trabalho responde por 90,8% dos recursos. Na classe A , três quartos (74,8%) da renda vêm de “outros” (como ganhos de capital com juros e dividendos, que não são tributáveis), e apenas 24,8% recebem renda do trabalho. “A classe D/E é a que forma a base da população brasileira, é a mais vulnerável economicamente. É uma população que tem participação relevante dos salários na sua renda, mas depende muito das transferências sociais”, afirmou o economista. O especialista afirmou que, apesar de “expressiva proteção” às classes D e E nos dois últimos anos, o auxílio emergencial não foi capaz de reduzir a pobreza no país. “Mesmo com a ampliação dos programas de transferência não enxergamos redução da fatia dos mais pobres na população. A gente ainda vai ter uma mobilidade social muito reduzida nos próximos anos”. Efeito Temer-Bolsonaro Lucas Assis aponta a deterioração do mercado de trabalho e a distribuição desigual de ocupações e rendimentos entre os trabalhadores como elemento importante da queda da renda das famílias mais pobres . Nesse sentido, a reforma “trabalhista” do governo golpista de Michel Temer fracassou na promessa de aumentar a oferta de empregos no país. O que houve, desde então, foi o aumento da informalidade . Com empregos sem carteira ou trabalhando por conta própria. Com isso, o rendimento real médio do trabalhador caiu 7% em 2021, na comparação com o ano anterior. Por outro lado, a precarização dos direitos trabalhistas garantiu aumento dos lucros da “megaburguesia” que atua no país. Legado petista Marcelo Neri , coordenador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas CPS/FGV), ressalta que os ganhos dos governos Lula e Dilma (2003-2016) ainda fazem da parcela dos extremamente pobres ser menor do que a registrada no início dos anos 2000. “Durante a pandemia houve redução da pobreza entre idas e vindas por causa do auxílio emergencial . Quando se olha os dados depois do período do auxílio, claramente há aumento da pobreza, mas não se voltou ao que era nem em 2003 nem antes do Plano Real ” pondera. “Uma parte do progresso alcançado naquela época se manteve.” Desde o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva , a integração de políticas sociais, estímulo a investimentos e políticas econômicas gerou um movimento de ascensão social no país que levou ao crescimento e fortalecimento da classe média Programas como o Bolsa Família e maior acesso a crédito estimularam o consumo de segmentos historicamente marginalizados, alimentando a roda de geração de emprego e renda. Em 2011, a classe média (renda familiar de R$ 2.971,37 a R$ 7.202,57) correspondia a 54% da população, conforme dados d o Instituto Locomotiva Com a política de valorização implementada nos governos do PT , o salário mínimo teve ganho real de 74%, entre 2004 e 2016. Além de reduzir as desigualdades, o aumento do poder de

compra da população alavancou o crescimento econômico e criou empregos. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego caiu de 12,4%, em 2003, para 4,8%, em 2014, menor índice da série histórica medida pelo IBGE No abismo Ao fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff , em 2014, a participação dos salários no Produto Interno Bruto PIB) bateu recorde (43,5%). Em 2015, alavancada pela inédita situação de pleno emprego e reajustes acima da inflação para a grande maioria das categorias atingida no ano anterior, a participação salarial no PIB subiu para 44,6%, atingindo o novo pico histórico em 2016: 44,7%. Após as crises das pautas-bomba em 2015 e o afastamento da presidenta legítima em 2016, viram a regra do teto de gastos, a “reforma” trabalhista e os desmontes da Petrobras e outras estatais relevantes. Ações que reverteram a curva e lançaram o Brasil no retrocesso do desemprego e da queda da renda. Fenômenos agravados pelo descontrole inflacionário. Desde que começou a compilar dados sobre o poder de compra no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nunca havia registrado um valor tão baixo quanto o do trimestre de setembro a novembro de 2021. A renda média no período caiu a R$ 2.444 por mês — valor 11,25% inferior ao do trimestre anterior. “A classe C , que tinha melhorado de vida, vem sofrendo muito nos últimos anos. Primeiro com a recessão e ,depois, na pandemia . Com o desemprego e a perda da renda, mas principalmente por perder conquistas que já tinham tido. Perder dói muito mais do que deixar de ganhar”, lembrou o presidente do Instituto Locomotiva Renato Meirelles , também no Valor Leia mais Notícias relacionadas